

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



FRANCIELEN LEME SANTANA

Graduação em Pedagogia pela Faculdade Anchieta (2011); Professora de Ensino Fundamental I na EMEB Francisco Daniel Trivinho .

RESUMO

Este artigo trata da importância da Inclusão no ensino regular para o exercício da cidadania e exercício do direito de todos à educação sem discriminação e preconceito, tendo como objetivo evidenciar as dificuldades encontradas por pessoas com necessidades especiais na escola, a fim de relacionar teoria e prática, justificando o devido tema pela repercussão que o mesmo teve nos últimos anos e pela necessidade de entender como esse processo ocorre nas escolas de ensino comum utilizando assim pesquisas bibliográficas enquanto encaminhamento metodológico de estudo. No primeiro momento, faz panorama geral sobre a educação especial, mostrando todos os caminhos percorridos até o momento. Em seguida, destaca, a legislação e políticas de atendimento à criança especial. Por fim, como está o processo de inclusão, pois percebe-se que essa situação requer mudanças de paradigmas na educação, que tem que ter uma nova concepção de ensinar e aprender e essa mudança de paradigma implica em um novo olhar, um novo aprender de fazer educação, uma escola livre de preconceito.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Ensino; Democratização do Ensino.

INTRODUÇÃO

A expectativa de todo ser humano é de se apropriar de conhecimento sistematizado, que este é produzido no espaço escolar.

Contudo, a impossibilidade de acesso a esse tipo de conhecimento restringe a ação e a identificação do sujeito no seu grupo social.

A escola pode contribuir significativamente atendendo às diversidades e proporcionando educação a todos; constituindo-se no atual desafio, ou seja, na consolidação da escola inclusiva.

A escola deve assumir um novo papel social, mudando os paradigmas e analisando os problemas de forma a buscar uma interação entre o Ensino Regular e a Educação Especial, de forma a consolidar a teoria vygotskyana de que o meio é o maior contribuidor para a aquisição do conhecimento; onde o processo de aprendizagem resulta da interação com outros sujeitos sociais, o que permite ao indivíduo construir sua representação simbólica do mundo.

A criança que aprender a conviver com as diferenças aprenderá muito e descobrirá que participar das atividades sociais é partilhar informações e experiências que serão benéficas ao seu desenvolvimento.

Para nortear a pesquisa tem-se a seguinte problemática: o que é preciso para que a inclusão realmente aconteça como prática educativa. Sob este olhar, o objetivo geral deste trabalho é discutir as dimensões: legal, política e pedagógica da educação especial, focalizando o processo de inclusão como garantia de acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino.

Tem como objetivos específicos: identificar o caminho percorrido pela educação especial ao longo da história; pesquisar sobre a legislação referente a educação especial; verificar quais as diferenças entre necessidades educacionais especiais e deficiência; identificar quais os conceitos de inclusão e integração; analisar o papel do professor frente ao processo de inclusão.

Justifica-se o presente estudo por entender que a educação especial assume, a cada ano, importância maior, dentro da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e da busca incessante da democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas, indiscriminadamente, tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A expectativa de todo ser humano é de se apropriar de conhecimento sistematizado, que este é produzido no espaço escolar.

Contudo, a impossibilidade de acesso a esse tipo de conhecimento restringe a ação e a identificação do sujeito no seu grupo social.

A escola pode contribuir significativamente atendendo às diversidades e proporcionando educação a todos; constituindo-se no atual desafio, ou seja, na consolidação da escola inclusiva.

A escola deve assumir um novo papel social, mudando os paradigmas e analisando os problemas de forma a buscar uma interação entre o Ensino Regular e a Educação Especial, de forma a consolidar a teoria vygotskyana de que o meio é o maior contribuidor para a aquisição do conhecimento; onde o processo de aprendizagem resulta da interação com outros sujeitos sociais, o que

permite ao indivíduo construir sua representação simbólica do mundo.

A criança que aprender a conviver com as diferenças aprenderá muito e descobrirá que participar das atividades sociais é partilhar informações e experiências que serão benéficas ao seu desenvolvimento.

Para nortear a pesquisa tem-se a seguinte problemática: o que é preciso para que a inclusão realmente aconteça como prática educativa. Sob este olhar, o objetivo geral deste trabalho é discutir as dimensões: legal, política e pedagógica da educação especial, focalizando o processo de inclusão como garantia de acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino.

Tem como objetivos específicos: identificar o caminho percorrido pela educação especial ao longo da história; pesquisar sobre a legislação referente a educação especial; verificar quais as diferenças entre necessidades educativas especiais e deficiência; identificar quais os conceitos de inclusão e integração; analisar o papel do professor frente ao processo de inclusão.

A integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A integração implica em reciprocidade. E sob enfoque escolar processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. Sob o enfoque psicossocial, a integração representa, portanto, uma via de mão dupla, envolvendo os portadores de deficiência e a comunidade das pessoas consideradas normais. Nesta perspectiva, todas as providências, em prol da integração na escola, não podem ser da iniciativa dos educadores especializados, apenas.

Segundo Pereira (2000), a integração não permite a mudança da escola como um todo, ao contrário, quem muda é o aluno para adaptar-se às suas exigências, a forma em que está organizada. Nesse sentido, não se questiona sobre o papel e a função da escola, pois é ela quem dita o modelo que o aluno deve seguir. Já a educação inclusiva é uma proposta de tornar a escola acessível, garantindo a participação de todas as pessoas.

Bueno (1999) afirma que, a inclusão considera a inserção de alunos por meio de outro ângulo, isto é, aquele que reconhece a existência de inúmeras diferenças (pessoais, linguísticas, culturais, sociais etc.).

Ao reconhecê-las, mostra a necessidade de mudança do sistema educacional que, na realidade, não se encontra preparado para atender a essa clientela.

A inclusão é uma possibilidade de aperfeiçoamento da educação para o benefício de todos os alunos com necessidades educativas especiais, que depende da disponibilidade das pessoas envolvidas para enfrentarem as inovações e as dificuldades advindas das necessidades desses alunos. Fato não comum ao sistema educacional e aos professores de modo geral.

Uma escola inclusiva não prepara para a vida. Ela é a própria vida que flui devendo possibilitar, do ponto de vista político, ético e estético, o desenvolvimento da sensibilidade e da capacidade crítica e construtiva dos alunos - cidadãos que nela estão, em qualquer das etapas do fluxo escolar ou modalidade de atendimento educacional oferecidas. Para tanto, precisa ser prazerosa, adap-

tando-se as necessidades de cada aluno, promovendo a integração dos aprendizes entre si com a cultura e demais objetos do conhecimento, oferecendo ensino aprendizagem de boa qualidade para todos, com todos para a vida.

A Declaração de Salamanca defendeu a ideia de que todos os alunos devem aprender juntos e, aponta para a escolarização de crianças em escolas especiais, nos casos em que a educação regular não pode satisfazer às necessidades educativas ou sociais do aluno.

A Educação Inclusiva para Carvalho (1998), com a Declaração de Salamanca, passou a ser entendida como o direito à educação e ao acesso aos bens culturais socialmente produzidos, como também aos modos de participação decorrentes das formas de sociabilidade, disponíveis adequados para esses sujeitos.

As questões teóricas do processo de inclusão têm sido amplamente discutidas por estudiosos e pesquisadores da área de Educação Especial, entretanto, pouco se tem feito no sentido de sua aplicação prática.

O como incluir tem se constituído a maior preocupação de pais, professores e estudiosos, considerando que a inclusão só se efetivará se ocorrerem transformações estruturais no sistema educacional.

Qualquer tentativa de inclusão deve ser analisada e avaliada em seus mais diversos aspectos, a fim de termos a garantia de que esta será a melhor opção para o indivíduo que apresenta necessidades especiais.

A escola para ser inclusiva precisa, segundo Stainback e Stainback (1999), reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos. Para isto, há a necessidade de currículos apropriados e adaptados para cada necessidade, mudanças organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos diferenciados. Isto deixa claro que as escolas, para serem inclusivas, tanto precisam se modificar no que for necessário para assegurar uma educação de qualidade, quanto fazer parceria com a comunidade.

A efetivação da prática educacional inclusiva não será garantida por meio de leis, decretos ou portarias que obriguem as escolas regulares a aceitarem os alunos com necessidades especiais. Ela será garantida se a escola estiver preparada para ser capaz de trabalhar com os alunos que chegam até ela, independentemente de suas diferenças ou características individuais.

Não podemos deixar de considerar que a implementação da educação inclusiva demanda, por um lado, ousadia e coragem, mas, por outro, prudência e sensatez, quer seja na ação educativa concreta (de acesso e permanência qualificada, de organização escolar e do trabalho pedagógico e da ação docente) ou nos estudos e investigações que procurem descrever, explicar, equacionar, criticar e propor alternativas para a educação especial.

Atualmente, em todos os documentos referentes à educação das pessoas com necessidades educativas especiais, o princípio da inclusão é o eixo norteador, e o atendimento segregado é visto como alternativa que deve ser evitada.

Apesar do predomínio de orientações inclusivistas, fica a preocupação do quanto o eixo norteador pode se tornar realidade, pois se sabe que, ainda que os alunos sejam matriculados em escolas regulares, esse fato, por si só, não altera a qualidade de sua escolarização.

Para o exercício do ato de ensinar, indiferente às diferenças, entendidas como desigualdades, se faz necessária a prática uma pedagogia interativa e aberta ao diálogo, que possa abordar variados níveis de compreensão, visando ao desempenho dos/as alunos/as.

A prática pedagógica como elemento chave para a transformação da escola precisa caminhar no sentido de pensar uma pedagogia que busque estratégias diferenciadas para trabalhar com alunos/as com NEE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos teóricos analisados verificou-se que a inclusão é um grande desafio para a escola e seus educadores. Faz-se necessário que o processo se estabeleça nas escolas para se valerem às leis, para que desapareçam os vestígios de uma sociedade que, ao longo de sua história, perseguiu, matou e humilhou as pessoas com necessidades educativas especiais.

Promover esse processo é promover a interação do aluno com necessidades educativas especiais com a escola e, com os outros alunos no processo de aprendizagem, onde o fundamental é estar se promovendo mudanças no cotidiano escolar.

Essas mudanças devem vir de encontro com as necessidades desse aluno. A inclusão escolar é o mais novo paradigma educacional e defende a matrícula de todos os alunos na escola regular, preferencialmente na classe comum, inclusive para os provindos da Educação Especial.

A escola regular deve estar apta para receber todos os alunos, independente das características que possam apresentar. Ela é o espaço educacional que deve ser usufruído por todos.

Os alunos não devem mais ser deixados de “fora da escola” e mais do que isso, não devem mais ser segregados em espaços escolares diferenciados ou mesmo excluídos dentro da classe comum.

O princípio fundamental desta política é de que o sistema regular deve atender a diversidade do alunado, isto é, todos os que se encontram excluídos, frequentadores da escola. Incluir não significa apenas estar lá, mas entender que as pessoas têm possibilidades de aprender das mais variadas formas, e com diferentes ritmos.

A inclusão nos faz pensar profundamente sobre o mundo em que vivemos; aprender é uma ação humana individual, são as diferentes ideias, opiniões e níveis de compreensão que enriquecem o processo de aprendizagem sempre reconhecendo e valorizando as diferenças. Possíveis sucessos ocorrerão se os talentos forem explorados, atualizar possibilidades e desenvolver as pré-disposições dos alunos, onde esses sabem algumas coisas, que todos podem aprender mais no tempo e do jeito que lhe são próprios.

Mesmo com o respaldo legal, observam-se que o sistema educacional ainda não está estruturado para um serviço educacional totalmente especializado, as pessoas portadoras de necessidades educativas, principalmente no sistema público de ensino.

A inclusão deve ser um motivo que força o aprimoramento da capacitação profissional dos professores em serviços e que questiona a formação dos educandos. Torna-se necessária uma preparação prévia desse professor, a redução de números de alunos por turma, uma estrutura física adequada e o apoio especializado ao docente regular, um acompanhamento permanente aos pais e uma campanha de conscientização com a comunidade sobre a problemática da inclusão do surdo em classe regular.

Conclui-se que a inclusão é um movimento amplo, levando em conta não apenas o portador de necessidades educativas especiais, mas considerando também às diferenças individuais, direitos e deveres dos cidadãos.

Faz-se necessário pesquisar e discutir sobre o assunto.

É preciso que os professores se conscientizem de seu importante papel neste processo. Cabe a estes, de ensino regular como do ensino especial, aplicarem os conceitos de forma científica, para a partir deles tentarem promover a inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais no ensino regular.

Cabe ao Estado, proporcionar formação profissional e meios físicos para que a Inclusão possa ser real.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns: Possibilidades e Limitações**. RJ: Vozes, 2007.

SEESP/MEC. Brasília: MEC, **Secretaria de Educação Especial**. 2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf.

CARVALHO, Rosita Édler. **Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”**. PortoAlegre: Mediação, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escolar Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais**, Brasília: MEC/SEESP, 2000, vol. 6.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escolar Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: Alunos com necessidades educacionais especiais - Adaptações Curriculares de Grande Porte**, Brasília: MEC/SEESP, 2005, vol. 5.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, **Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Espanha, 1994.